



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA DE "AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO A PROZELO (SUCÃES/LAGOA) E AGUIÃ (VILA NOVA/BAIRRO NOVO)" ADJUDICADA À SOCIEDADE COMERCIAL SEBASTIÃO DA ROCHA BARBOSA, LDA, DE PONTE DA BARCA [PO 206/2017] -----**

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **8 de agosto de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, concelho de Arcos de Valdevez, residente no lugar de Aldeia, Couto, deste concelho, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com a deliberação camarária de 26 de junho de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

**Sebastião da Rocha Barbosa**, titular do cartão de cidadão nº 03426191 5ZY8, válido até 29/12/2019, casado, natural da freguesia de Vade (S. Tomé), concelho de Ponte da Barca, onde reside no lugar de Paço Vedro, que outorga na qualidade de **sócio-gerente**, em representação da sociedade comercial por quotas, denominada "**SEBASTIÃO DA ROCHA BARBOSA, Lda.**", com sede na Rua de São Tomé, nº 547, freguesia de Vade (S. Tomé), concelho de Ponte da Barca, registada na Conservatória do Registo Comercial daquele concelho, sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva **502 205 962**, com o capital social de € 300.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o presente contrato que se regula pelas cláusulas seguintes: -----

### ----- Primeira -----

A Câmara Municipal, representada do primeiro outorgante, na sua mencionada reunião ordinária de **26 de junho de 2017**, deliberou adjudicar, mediante Concurso Público, nos termos

do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, doravante designado por CCP à representada do segundo outorgante, a empreitada de **"AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO A PROZELO (SUCÃES/LAGOA) E AGUIÃ (VILA NOVA/BAIRRO NOVO)"**. -----

Pela referida deliberação camarária foi aprovada ainda a respetiva minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º, nº 1, do CCP. -----

----- Segunda -----

O preço contratual é de **€ 197.361,40 (cento e noventa e sete mil trezentos e sessenta e um euros e quarenta cêntimos)**, a que acresce o Imposto de Valor Acrescentado, à taxa de 6%, da importância de **€ 11.841,68** (onze mil oitocentos e quarenta e um euros e sessenta e oito cêntimos). -----

----- Terceira -----

A empreitada tem por objeto os trabalhos constantes da respectiva lista contratual de preços unitários, os quais serão iniciados no primeiro dia útil a seguir ao da data da consignação, e concluídos no prazo de **240 dias**, incluindo sábados, domingos e feriados, a contar dessa mesma data. -----

----- Quarta -----

A consignação da obra deverá estar concluída no prazo de **30 dias úteis** após a assinatura deste contrato. -----

----- Quinta -----

A medição dos trabalhos executados far-se-á mensalmente, de acordo com o estipulado no artigo 388º do CCP, sendo os respetivos pagamentos efetuados no prazo de 60 dias, de acordo com o artigo 299º, nº 4, do mesmo Código. -----

----- Sexta -----

O prazo de garantia da obra, durante o qual a representada do segundo outorgante está obrigada a corrigir todos os defeitos da mesma, é o definido no nº 2 do artigo 397º do CCP. -----

----- **Sétima** -----

Ao incumprimento do contrato são aplicáveis as regras dos artigos 325º e seguintes do CCP. -----

----- **Oitava** -----

As revisões de preços são reguladas pelas disposições do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo efetuadas segundo a fórmula fixada no caderno de encargos que integra este contrato: **F 21 – Redes de abastecimento de água e de águas residuais.** -----

----- **Nona** -----

O encargo total deste contrato é o do valor da adjudicação, acrescido das revisões de preços legalmente exigíveis, e do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, sendo a classificação orçamental respetiva, do ano corrente, a seguinte: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 04** – Construções diversas; e **Alínea 02** – Sistemas de drenagem de águas residuais. -----

Classificação Funcional – **24301.** -----

----- **Décima** -----

Os encargos financeiros emergentes do presente contrato de empreitada serão repartidos em conformidade com o Plano Plurianual de Investimentos, devidamente aprovado pela Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, em **23 de novembro de 2016**, e de acordo com o plano de pagamentos apresentado pela adjudicatária, tendo em conta o prazo de execução da empreitada, da seguinte forma, IVA incluído: -----

- **No ano de 2017 – € 130.241,26;** -----

- **No ano de 2018 – € 78.961,82.** -----

----- **Décima Primeira** -----

1 - É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário para a celebração do contrato, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

2 – Tendo em conta, no entanto, que se trata de proposta com preço considerado anormalmente baixo, pelo adjudicatário foi apresentada a garantia bancária nº 2017.1426.022, emitida pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, CRL, em 14 de julho de 2017, no montante de € 19.736,14 (dezanove mil setecentos e trinta e seis euros e catorze cêntimos), correspondente a 10% do preço contratual, para reforço de caução, nos termos do disposto no artigo 353º do Código dos Contratos Públicos.-----

----- **Décima Segunda** -----

O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, designadamente, o Código dos Contratos Públicos, e legislação complementar.-----

----- **Décima Terceira** -----

1 – **Fazem parte integrante deste contrato:** -----

- a) Os supimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----
- c) O caderno de encargos; -----
- d) A proposta adjudicada. -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

----- **Décima Quarta** -----

Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

----- **Décima Quinta** -----

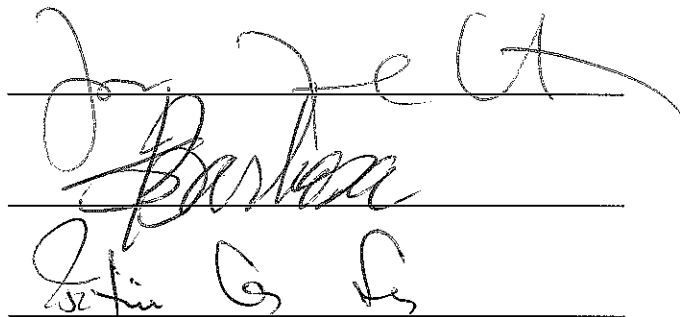
**O segundo outorgante declara aceitar**, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

----- **Décima Sexta** -----

Que se obriga a realizar todos os trabalhos dentro das boas normas de execução e nos termos da respetiva proposta e do caderno de encargos, cumprindo todas as instruções que para esse fim lhe forem transmitidas pelos Serviços da dita Câmara Municipal. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **21-06-2017**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Ponte da Barca, em **21-06-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Alvará de empreiteiro de obras públicas nº 6784-PUB, válido por tempo indeterminado; d) Certidão Permanente, com o código de acesso 3634-5684-5165, obtida via Internet, subscrita em **22-12-2014**, e válida até **22-03-2018**, respeitante à matrícula da sociedade; e) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim, \_\_\_\_\_ chefe da Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste ato. -----



Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **85/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **39/2017**